

Crise do endividamento: a Espanha como mediadora

Alfonso Escámez (*)

Está perfeitamente clara, hoje, a responsabilidade dos países industriais do Ocidente, a ser exercida,

em duas frentes. Primeiro, como credores das economias obriga das a endividar-se maciçamente nos últimos anos, devem contribuir para que se evite a bancarrota internacional. Afinal, quando o devedor chega ao limite de suas possibilidades, o problema pode ser resolvido pelo credor. E, também, por sua condição de países cuja viabilidade depende do desenvolvimento do comércio mundial — com exceção, talvez, dos Estados Unidos —, precisam definir, antes que seja tarde, uma saída financeira aceitável para as nações empenhadas em superar seu atual desequilíbrio econômico, cujo número principal é constituído pela virtual totalidade dos países latino-americanos.

A perspectiva de bancarrota que se coloca para os países em desenvolvimento

implica consequências de suma gravidade para os grandes bancos norte-americanos, os bancos internacionais, os mercados de capitais internacionais, os organismos supranacionais de financiamento e o comércio mundial. O "efeito dominó" ainda não foi estudado, e não se sabe, portanto, até onde poderia ir.

Mas, se a economia norte-americana, fechada sobre-si mesma, pode resistir ao isolamento ou tem capacidade de manobra para transferir seus desequilíbrios a outras áreas, na Europa a paralisação econômica dos países em desenvolvimento — em especial dos latino-americanos — já provoca efeitos negativos muito importantes, pelas limitações que impõe ao funcionamento de mercados importadores de produtos industriais.

Uma das lições da atual crise mostra que nenhum país, por si só, nem mesmo os Estados Unidos, tem força suficiente para ser a "locomotiva" da recuperação. Impõe-se, então, um entendimento supranacional, para cuja concretização os organismos internacionais, econômicos e de finan-

mento sejam convenientemente estimulados, mediante iniciativa de um país ou de um conjunto de países.

Até agora, o problema latino-americano não conduziu à apresentação de soluções válidas, que tenham em conta as importantes distorções do sistema financeiro internacional. Mas é possível esboçar um programa cujos promotores seriam os países do bloco ocidental europeu — entre os quais a Espanha teria papel predominante —, que assumiriam a liderança da negociação com a América Latina com os organismos supranacionais de financiamento, com os comitês dos grandes bancos e dos intermediários financeiros internacionais e com os Estados Unidos.

Entre as condições de financiamento caberia destaque para a renegociação da dívida financeira atual e de novos créditos para a liquidação de compromissos de curto prazo. Além disso:

— O prazo para o pagamento deveria ser de sete anos, quanto aos créditos dos bancos internacionais, somando-se, ainda, outros

sete anos para as linhas do FMI.

— Haveria, no total, uma carência máxima de três anos, a ser estabelecida, conforme a situação de cada país.

— Toda a dívida financeira teria aval do Estado.

— Os juros seriam fixados, mediante negociações, às mais baixas taxas do mercado, capitalizando-se parcialmente a longo prazo aqueles correspondentes aos primeiros exercícios.

— Seriam abertas linhas comerciais de médio prazo.

Para ter acesso a este esquema de financiamento, os governos dos países latino-americanos deveriam aceitar o programa de ajuste macroeconômico estabelecido pelo FMI em cada caso. Com a reestruturação financeira aqui sugerida, o ajuste macroeconômico poderia desenrolar-se em prazos mais longos e, sobretudo, permitiria certa recuperação, a prazo médio, da capacidade de compra e da soberania financeira daqueles países, agora totalmente hipotecada. O FMI estabeleceria comitês de acompanhamento dos processos de ajuste, com ampla liberdade de in-

vestigação e um regime de sanções.

Por que estaria a Espanha em condições de assumir a liderança da negociação que, se propõe para a recuperação dos países latino-americanos? Além de outras razões, relacionadas com laços culturais e econômicos mais antigos, há a presença atual de interesses espanhóis em todo o subcontinente, sem exceção e com a mesma intensidade em cada país, o que significa importante fator de homogeneização. Considerese, ainda, que o nível de endividamento da América ibérica em relação à Espanha é relativamente baixo, o que permitiria tratar da questão com maior objetividade.

E mais: por sua capacidade econômica limitada, a Espanha não despertaria, nem nos EUA nem em outros países europeus, receios quanto a eventual deslocamento de interesses consolidados. Não seria de desprezar, também, o fato de que as relações entre a Espanha e o FMI são coriais e fluidas.

(*) Presidente do Banco Central S. A., de Madri, Espanha